APRENDIZAGEM EM TEMPO DE PANDEMIA DE COVID-19: ANÁLISE DAS AÇÕES VOLTADAS AOS ESTUDANTES DE UM MUNICÍPIO PERNAMBUCANO

Maíres dos Santos Silva Barreto[1]; Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos[2]

[1]Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil, maires.santos@ufpe.br

[2]Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil, thiago.silvasantos@ufpe.br

Introdução

A pandemia de COVID-19, eclodida no Brasil em março de 2020, evidenciou e intensificou desigualdades já presentes na educação pública brasileira. Alunos da rede municipal, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, sofreram perdas significativas no processo de aprendizagem, agravadas pela falta de acesso à merenda escolar e ausência de políticas públicas eficazes que garantissem os direitos básicos para viver dignamente na condição de cidadãos.

Tendo esse panorama como pano de fundo, esse estudo investigou como esses efeitos se manifestaram nas escolas de tempo integral de um município da Região Metropolitana do Recife. A escolha desse lócus justifica-se por sua representatividade diante dos desafios educacionais aprofundados no contexto pandêmico – e, até mesmo, pós-pandêmico. Partindo da articulação entre desigualdade social e aprendizagem, a pesquisa a se assentou na compreensão dos impactos da pandemia no desenvolvimento dos alunos, considerando as estratégias adotadas pela gestão educacional para enfrentar tais desafios.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender as estratégias adotadas pela rede municipal de ensino de uma cidade da Região Metropolitana do Recife para promover a aprendizagem dos alunos nas escolas de tempo integral no período da pandemia de COVID-19. Com base nisso, os objetivos específicos foram: (1) analisar as ações institucionais da Secretaria Municipal de Educação de uma cidade da Região Metropolitana do Recife acerca das estratégias formuladas para mitigar os efeitos das desigualdades educacionais e da carência alimentar no contexto da pandemia; e, (2) examinar, a partir do discurso institucional, como a rede municipal de ensino orientou a promoção da aprendizagem dos estudantes das escolas de tempo integral no período pandêmico.

Para uma compreensão das desigualdades sociais

O Brasil, apesar de estar entre as maiores economias globais e de apresentar significativa geração de riquezas, convive historicamente com desigualdades sociais profundas e persistentes. Essa contradição evidencia um problema estrutural: o crescimento econômico, isoladamente, não se traduz em desenvolvimento social equitativo. As desigualdades sociais manifestam-se de forma intensa nas dimensões de gênero e raça.

Nesse sentido, a mobilidade social, entendida como a capacidade de indivíduos ou grupos alterarem sua posição na estrutura social, é fortemente condicionada pela origem social, pelo pertencimento racial e pelo gênero. Como indicam Ribeiro e Carvalhaes (2020), as desigualdades educacionais entre grupos raciais estão amplamente associadas à origem social, sendo os brancos, em geral, oriundos de contextos familiares mais favorecidos. Essa

desigualdade de oportunidades educacionais é um fator determinante para a reprodução intergeracional da desigualdade socioeconômica, dificultando o rompimento dos ciclos de exclusão.

Embora o avanço da escolarização tenha contribuído para a redução da desigualdade, Ribeiro e Carvalhaes (2020) apontam a diminuição dos retornos salariais da educação nas últimas décadas, o que indica a limitação de seu papel como mecanismo de mobilidade social. Além disso, os autores destacam que explicações baseadas apenas na educação ou na política são insuficientes, sendo necessário considerar fatores como gênero, organização familiar e distribuição desigual do poder nas trajetórias socioeconômicas

Boff e Cabral (2023) apontam que a análise das desigualdades sociais no Brasil tem priorizado seus efeitos, em detrimento das causas estruturais que as sustentam. Esse cenário contribui para a naturalização da desigualdade e para a manutenção da subcidadania (Cunha; Vieira, 2022). Nesse contexto, observa-se que o país ainda apresenta um modelo de desenvolvimento desigual, no qual os avanços educacionais e econômicos não garantem justiça social, mantendo limitada a mobilidade social, especialmente por fatores como origem, raça e gênero.

Carência alimentar e aprendizagem

Evangelista e Shiroma (2006) analisam criticamente como organismos internacionais abordam as desigualdades sociais, reduzindo a complexidade da pobreza a questões meramente educacionais. Essa perspectiva se revela problemática quando observamos como a normalização da subcidadania limita o enfrentamento de questões fundamentais para o contexto educacional, como a falta de acesso à nutrição básica. Conforme Santos et al. (2021), a carência alimentar que afeta majoritariamente alunos da rede pública, oriundos dos segmentos mais pobres, impacta diretamente sua capacidade de aprendizagem.

A alimentação adequada favorece o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem (Santos et al., 2021). Nas escolas públicas, a merenda muitas vezes é a principal fonte de nutrição, e a insegurança alimentar pode ser confundida com dificuldades de aprendizagem, comprometendo o desempenho dos alunos. Essa situação evidencia a contradição de políticas educacionais que desconsideram as condições materiais dos alunos. Enquanto se enfatiza a qualificação individual, alunos vulneráveis enfrentam insegurança alimentar. A pandemia agravou esse cenário, afetando o acesso à educação e à nutrição (Barbosa e Soares, 2021).

Barbosa e Soares (2021) apontam que, historicamente, as crianças têm seus direitos básicos negados, o que se relaciona à naturalização da exclusão discutida por Boff e Cabral (2023). Nesse contexto, Cunha e Vieira (2022) destacam que populações periféricas enfrentaram o dilema entre proteger-se do vírus ou garantir a subsistência. Como resultado, muitas famílias se submeteram a condições educacionais precárias, dependentes das ações adotadas pelos gestores educacionais.

Metodologia

Para dar conta do objetivo geral desse trabalho, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa, pois ela analisa realidades que não são quantificáveis, buscando, através da investigação da subjetividade dos indivíduos, entender os fatos. Em relação ao procedimento, foi realizada uma pesquisa de campo. Dessa forma, optou-se pelas escolas de tempo integral de um município da Região Metropolitana do Recife, caracterizado por sua forte cultura

carnavalesca e por seu reconhecido patrimônio histórico – sendo considerado Patrimônio Cultural da Humanidade. A realidade da rede municipal de ensino desta cidade é composta por oito escolas de tempo integral, sendo três de Ensino Fundamental (anos iniciais) e quatro de Ensino Fundamental (anos finais), havendo apenas uma escola que atende tanto os anos iniciais quanto os anos finais do Ensino Fundamental.

Para constituir o *corpus* desta pesquisa e aprofundar a análise de dados a partir da análise de conteúdo, utilizou-se para a coleta de dados a entrevista semiestruturada. Esta foi realizada junto a um representante da Secretaria Municipal de Educação, que atua na gestão educacional do município em questão, o qual aqui terá nome fictício de José, representando a Secretaria e sua fala institucional, pois este foi o foco da pesquisa.

Cabe mencionar que a entrevista semiestruturada foi realizada por meio do aplicativo Google Meet. A transcrição do áudio desse indivíduo, uma vez que a entrevista foi gravada com a autorização dele, se deu por meio do aplicativo Evernote, na versão gratuita. Foram seguidos todos os padrões éticos de pesquisa. Para examinar esse material, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo, entendida conforme Bardin (1977), como um procedimento capaz de interpretar e organizar informações de forma sistemática, permitindo identificar sentidos explícitos e implícitos presentes nas falas dos sujeitos.

Resultados e Discussões

CATEGORIA 1: DESIGUALDADES SOCIAIS

A análise da fala institucional da Secretaria Municipal de Educação do município em questão evidencia e reconhece a desigualdade social como um fator que interferiu negativamente no aprendizado dos alunos durante a pandemia de COVID-19, uma vez que a maioria é oriunda de famílias pertencentes à classe trabalhadora.

Ao ser questionado, o entrevistado destacou que o regime de tempo integral evidenciou desigualdades, pois muitos alunos dependem da escola enquanto os pais trabalham: “[...] não têm essa assistência alimentar [...] porque os pais saem para trabalhar [...]”. Essa fala corrobora Cunha e Vieira (2022), ao indicar que a desigualdade social condiciona o acesso a direitos básicos.

Outro aspecto importante refere-se às mudanças nas rotinas dos estudantes decorrentes da suspensão das aulas presenciais. Com o fechamento das escolas, seu cotidiano foi abruptamente alterado, impactando não apenas a aprendizagem, mas também as formas de socialização. Como destaca o entrevistado: “[...] E a gente percebeu que a pandemia veio de forma drástica quebrar essa rotina dessas crianças, né? E teve essas consequências nas suas vidas sociais também [...]”.

No ensino remoto, muitos estudantes não dispunham de dispositivos eletrônicos, como o celular, seja porque os pais os levavam para o trabalho ou pela ausência de aparelhos suficientes nas residências. Como aponta o entrevistado: ‘[...] nem todo mundo tem acesso [...] às vezes tinham três, quatro crianças da mesma família [...]’. Nesse contexto, a desigualdade social foi agravada, limitando o acompanhamento escolar dos alunos sem acesso à tecnologia.

Esse cenário evidencia que o acesso aos recursos tecnológicos e às condições mínimas de acompanhamento escolar, mencionadas na fala institucional, não se distribuem de forma igual

entre os estudantes, sendo atravessados por desigualdades sociais já existentes. Nesse sentido, os estudos de Ribeiro e Carvalhaes (2020) corroboram essa análise ao apontarem que as desigualdades no Brasil estão fortemente relacionadas à origem social e ao acesso desigual às oportunidades, o que contribui para a manutenção dos ciclos de exclusão educacional.

CATEGORIA 2: CARÊNCIA ALIMENTAR E APRENDIZAGEM

Considerando que as escolas de tempo integral oferecem refeições nutritivas, a análise da fala institucional evidencia que muitos estudantes dependiam da escola para garantir sua alimentação regular: "[...] eles esperam muito a merenda como a primeira refeição do dia, [...] a gente percebia isso, que eles iam lá perguntar se tinha alguma comida, se tinha alguma coisa, e infelizmente, por hora, não tinha [...]".

Essa fala corrobora Santos et al. (2021), ao indicarem que a carência alimentar afeta majoritariamente alunos da rede pública, oriundos de contextos mais pobres, comprometendo a aprendizagem. Nesse sentido, a alimentação escolar mostra-se fundamental para a permanência e o desempenho dos estudantes, evidenciando a influência da desigualdade social no processo educativo.

A Secretaria de Educação buscou mitigar a carência alimentar por meio da distribuição de cestas: '[...] mensalmente, eles recebiam as cestas de alimentação. Então, se a mãe tivesse três filhos, ia receber três cestas [...]'. Contudo, a medida mostrou-se insuficiente, pois os alunos continuaram procurando a escola durante o lockdown em busca de alimento: '[...] a gente percebia essa ida deles [...] e ficavam expostos mesmo na rua [...]'.

Durante a pandemia, a Secretaria aderiu ao Programa Simplifica para viabilizar o ensino remoto: "[...] a primeira atitude da rede foi fazer a adesão ao Programa Simplifica [...]". Contudo, a estratégia foi insuficiente, devido ao acesso limitado à tecnologia e às dificuldades no uso das ferramentas por professores, pais e alunos: "[...] as estratégias não foram suficientes [...] nem todo mundo tem acesso [...]". Isso evidencia a negação de direitos básicos e a naturalização da exclusão (Barbosa e Soares, 2021; Boff e Cabral, 2023).

Ao ser questionado sobre as desigualdades no pós-retorno presencial, o entrevistado destacou a adoção da aprovação automática, o que ampliou a defasagem das aprendizagens, pois muitos alunos não consolidaram as habilidades no ensino remoto. Para enfrentar esse cenário, a Secretaria implementou o reensino com professor extra: "[...] nós tínhamos um professor extra em cada escola [...] faziam um trabalho [...] com os alunos que precisavam [...]". Contudo, o reensino não é mais ofertado, apesar da demanda das escolas: "[...] não mantemos mais essa questão do reensino [...]". Ainda assim, permanece necessário, pois "[...] algumas crianças ainda não conseguem acompanhar [...]". Sua descontinuidade contribui para a manutenção das dificuldades de aprendizagem e das desigualdades.

Conclusões

As estratégias adotadas pela Secretaria Municipal de Educação não garantem o acesso à aprendizagem para estudantes em situação de vulnerabilidade. A desigualdade social intensifica as dificuldades de aprendizagem, o acesso à alimentação e o uso de tecnologias. As ações implementadas mostram-se insuficientes diante das condições materiais dos estudantes. A descontinuidade de políticas públicas compromete a recomposição das aprendizagens. Os efeitos da pandemia persistem nas desigualdades educacionais. Nesse sentido, se faz necessário

rever o *modus operandi* da formulação de políticas públicas voltadas para os aprendentes em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Desigualdade social; escolas de tempo integral; pandemia de COVID-19.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Ivone Garcia; SOARES, Marcos Antônio. Educação infantil e pobreza infantil em tempos de pandemia no Brasil: existirá um "novo normal"?. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. esp., p. 35-57, jan./jan., 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79044. Acesso em: 12 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 1977.

BOFF, Rogers Alexander; CABRAL, Sueli Maria. Vulnerabilidade socioeconômica: desigualdade social, exclusão e pobreza no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, Ano V, v. 13, n. 38, p. 71-88, fev., 2023. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/848. Acesso em 28 mar. 2026.

CUNHA, Mariana Tornelli de Almeida; VIEIRA, Érico Douglas. Subcidadania, subjetividade e resistências na pandemia de covid-19: experiências de jovens periféricos. **Ver. Bras. Psicod.**, São Paulo, v. 30, s. n., p. 1-12, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psicodrama/a/mLPgDQsqSmvv5TGtcc4GYDd/abstract/?lang=pt. Acesso em: 12 jul. 2025.

OLINDA, Evangelista; SHIROMA, Eneida Oto. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. **Revista de Educação**, Campinas, n. 20, p. 43-54, jun. 2006. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5720/572061946004.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; CARVALHAES, Flávio. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. **BIB-Ver. Brasil. Infor. Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, s. v., n. 92, p. 1-46, 2020. Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/504/479. Acesso em: 12 jul. 2025.

SANTOS, Luane Neves; MOTA, Alessivânia Márcia Assunção Mota; SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira. A dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social brasileira. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 33, p. 700-715, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/wCbkPxHpRQLBb4vfQC7dynf/?format=html&lang=pt. Acesso em: 28 mar. 2026.

SANTOS, Thiago Rodrigo Fernandes da Silva; FERREIRA, Aline Martins da Silva Ferreira; ARAUJO, Clarisse Moreira Theberge de; SILVA, Rebeka Quidute Balbino. Dificuldades de aprendizagem e carência alimentar em alunos de escolas públicas: o papel do psicopedagogo institucional. **REVASF**, Petrolina, v. 11, n. 26, p. 217-244, dez. 2021. Disponível em: https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1277/1140. Acesso em 12 jul. 2025.